

Procurador defende direito dos professores aos 54,5%

O procurador da Fundação Educacional do DF, João Batista de Souza, reconheceu ontem que a sentença do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT) não se refere em seu texto a descontos sobre o percentual de 54,5% concedidos aos professores, como reposição das perdas salariais com o Plano Verão. Por isso, a categoria receberá integralmente seus vencimentos corrigidos a partir de janeiro, como determina a decisão judicial, e não 4% como afirmam técnicos do GDF.

“De janeiro para cá, os professores da Fundação Educacional só receberam as perdas ocorridas com a inflação do período, através do pagamento do IPC do mês. E nada mais. Por isso, o reajuste de seus salários deve ser integral, como decidiu o TRT”, garantiu ontem, o advogado Ulisses Borges, do escritório de advocacia que acompanha na Justiça do Trabalho a tramitação da ação.

Servidores

Quanto aos demais servidores civis da administração direta, indireta e autárquica incluídos no projeto de lei que o GDF enviou ao Senado, propondo a concessão de reajuste salarial de 54,5%, retroativo a dezembro do ano passado, só receberão a reposição salarial as categorias que ainda não receberam.

Entre elas, segundo Ulisses Borges, estão as da Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e os funcionários da Fundação Hospitalar.

Ulisses Borges entende que o projeto de lei enviado ao Senado se justifica para autorizar o pagamento aos professores, referente ao percentual ganho no TRT. Borges explicou que, mesmo que o GDF recorra da decisão da Justiça, seu recurso não tem efeito suspensivo. Na opinião do advogado, não tem como o GDF reduzir os percentuais de reposição para 4%, como pretendem técnicos do Governo.

Derrota

“O Governo enviou o projeto de lei ao Senado porque não quer assumir a derrota que os professores impuseram na Justiça”, afirmou o diretor do Sindicato dos Servidores Públicos do GDF, Cícero Lima.

Com base nos cálculos das perdas de cada categoria a partir da sua data-base, o Sindicato dos Servidores Públicos entrou com dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, pedindo a reposição salarial dos funcionários, em percentuais que variam entre 100 e 160%.

Amanhã, a partir das 14h00, os diretores do Sindicato reúnem-se, na sede da entidade, para analisar todas as questões envolvendo a categoria.

Manifestação no Buriti

Os alunos da rede oficial de ensino do DF do turno vespertino vão ter horário de aulas reduzido amanhã. Os professores da rede participarão de uma assembleia às 15h30, em frente ao Palácio do Buriti, onde tentarão uma audiência com o governador Wanderley Vallim, na expectativa de conseguirem o pagamento dos 54,5% de reajuste, autorizado em 16 de março pelo Tribunal Regional do Trabalho. As aulas dos períodos matutino e noturno serão normais, mas as do turno vespertino só irão até às 15h00.

A professora Luiza Rodrigues Pereira, da secretaria de organização do Sindicato dos Professores do DF, disse que a convocação dos professores para participarem da assembleia está sendo feita em todas as escolas do DF. “Vamos fazer uma manifestação de protesto pelo não pagamento dos salários a que temos direito”.

Luiza explicou que o sindicato está achando muito confuso o projeto de lei do governador Vallim, enviado na semana passada ao Senado Federal, concedendo 54% de reajuste salarial aos servidores civis.